

isso, podem ser recontratados, o que é o terceiro ponto do projeto, ou seja, a recontractação de veteranos com experiência, de pessoas que podem agregar valor ao serviço público e à Segurança Pública, trabalhando na Administração, mesmo depois do seu tempo. É lógico que isso é para aqueles que quiserem.

Isso é um grande avanço. Isso acontece nas Forças Armadas, no Exército, na Marinha, na Aeronáutica e em algumas carreiras do mundo civil, ou seja, recontractar aqueles que têm experiência, que já deram o seu tempo, que já se aposentaram. No caso da Polícia Militar, aqueles que já passaram para a reserva. Esses pontos do projeto são superimportantes. Somos a favor do projeto.

O projeto também pede a retirada de um item que mantinha um ano de pedágio aos oficiais, ou seja, eles precisavam esperar um ano para pedirem o posto imediato. Isso também é uma coisa importante do projeto. A esse projeto também fizemos uma emenda, que é a emenda dos 25 anos da mulher. Negociamos bastante. A policial civil já tem os 25 anos. Gostaríamos que a policial militar também tivesse esse direito.

Na negociação pelo roteiro, vimos também que todos foram colocados na emenda englobada, assim como a aglutinativa. Gostaria pedir a todos que votássemos o projeto e, se possível, as emendas, sem dúvidas. De qualquer forma, gostaria de deixar registrado que sou a favor do pleito dos nossos oficiais presentes. A diferença entre os postos deve ser reduzida. (Manifestação nas galerias.)

Se não conseguirmos isso aqui, iremos continuar. Falei com o nosso deputado Fernando Capez. Se Deus quiser, o governador Geraldo Alckmin irá mandar um projeto de reajuste salarial para esta Casa. Para aquele projeto que aportar aqui, deixo o compromisso de que tentaremos, cada vez mais, fazer a correção dessa injustiça. Fica aqui o meu apoio à aglutinativa do nosso deputado Fernando Capez.

A votação deste projeto é muito importante. O meu gabinete está sempre aberto. Iremos apoiar todas as questões ligadas à Polícia Militar de São Paulo, à Polícia Civil e à Polícia Científica, porque sabemos que, se tivermos uma boa polícia, o cidadão fica mais tranquilo, tem mais qualidade de vida, e as outras ações de Estado acontecem.

Vamos à votação! Que seja feito o melhor pela família policial militar.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para encaminhar a votação pela liderança do Governo, tem a palavra o nobre deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público presente, telespectadores da TV Assembleia, é tão difícil falarmos, neste momento em que o Brasil está vivendo, sobre reivindicações justas, sobre a situação do estado de São Paulo em comparação com os demais Estados do Brasil, sobre a situação dos municípios brasileiros e, principalmente, sobre a situação do nosso País.

Pouca gente atenta para um fato impressionante. O governador nos deu esse número recentemente: o Brasil deve quatro trilhões e trezentos bilhões de reais. Isso está passando de 70% do PIB nacional, de tudo o que o Brasil produz em um ano. O débito do Brasil já é superior a 74% do PIB. A previsão é de que, daqui a dois anos, chegue a 80%.

Isso é fruto de irresponsabilidade fiscal. É fruto de algo que nossas avós e bisavós, nossos avós e bisavós já nos ensinavam: nunca se deve gastar mais do que se ganha. Foi essa política inconsequente e irresponsável que levou o Brasil a isso.

Hoje, é verdade o que o brilhante deputado Capez falou aqui: graças a projetos que aprovamos a duras penas, foi possível que a arrecadação do ICMS e do IPVA do estado de São Paulo aumentasse em um bilhão e meio, aproximadamente. Esse dinheiro não é todo do estado. Isso é o que já entrou, mas ainda vai entrar mais, se Deus quiser. Vinte e cinco por cento do ICMS é dos municípios. Cinquenta por cento do IPVA é dos municípios. Isso não vai fazer frente, de forma alguma, à grande demanda por reajustes salariais, por correções de injustiças.

É extremamente difícil para mim. Adentrando o plenário, reví meu querido amigo Padilha, que trabalhou comigo. Ele falou: "Deputado, estamos contando com o senhor". Eu falei: "Infelizmente, não vou poder advogar por esta causa neste momento".

Vejam os senhores: a PEC nº 5 não dá ônus algum este ano. Vai dar um ônus crescente a partir do ano que vem. Estão aqui representantes dos fiscais, dos professores, daqueles que estão sendo prejudicados pelo teto hoje existente e que defendem, com justiça, um novo teto mais justo. Mas não há condições e nós não podemos jogar com o futuro.

Vou perguntar, honesta e sinceramente: quem imagina o que vai acontecer com o Brasil na semana que vem? Quando se tem uma Procuradoria-Geral da República fazendo barbaridades. O que esse senhor Marcelo Miller fez... Estão dizendo que, se ele resolver falar o que sabe, cai o mundo. Não é que cai esse ou aquele. Cai o mundo. E não prenderam. A prisão é seletiva. "Esse nós queremos que prenda; prenda. Esse nós não queremos que prenda; não prende". Infelizmente.

Desgraçaram o ordenamento jurídico do País. Desgraçaram instituições fundamentais para a vida do país. O que será de nós daqui a um mês? Não sabemos! Vamos fazer débitos para o ano que vem? O Pezão fez isso no Rio de Janeiro e olhem como está o Rio de Janeiro.

Minha gente, eu vi um dirigente sindical dos trabalhadores públicos do Rio de Janeiro na televisão e é a coisa mais trágica do mundo. Ele contava os dramas que estão vivendo, há oito meses ou mais, os servidores públicos do Rio de Janeiro.

Vejam bem: como é que podemos chegar aqui, nós, deputados. O que não demos para a Fundação Paula Souza foi um benefício que iria custar 13 milhões de reais por ano, ou seja, menos de um milhão de reais por mês. Como é que podemos falar aos servidores que estão pleiteando um teto diferente, que vai ter uma repercussão de 900 milhões daqui a quatro anos apenas, que não temos recurso? E como é que podemos aprovar este projeto com essa emenda aglutinativa, que vai custar 240 milhões de reais por ano.

Respeito o deputado Capez como colega, como companheiro, como brilhante deputado e como brilhante jurista. Mas ele sabe que é muito difícil que, se aprovada essa emenda, ela vingue. Porque o projeto de lei trata de inatividade dos componentes da Polícia Militar. Essa emenda trata de aumento salarial, critérios para promoção de cabos e soldados. Ou seja, não há pertinência temática, como se diz juridicamente.

Não é possível fazer isso que se pretendeu fazer nesse projeto de lei. Acho justo, como acho justo, conversei bastante com nosso querido Coronel Telhada, exemplo de cidadão, de policial, paradigma de homem. Conversei bastante com o Coronel Camilo, que tem sido aqui uma pessoa das mais ponderadas, lutadoras.

Tenho crédito junto à Polícia Militar do Estado de São Paulo. Desde que pisei nesta Casa, lutei a favor da gloriosa e respeitável Polícia Militar do Estado de São Paulo, a melhor do Brasil, diga-se de passagem. Tenho respeito pelos policiais militares do meu Estado. Mas não é possível corrigir em 30 anos, neste momento de penúria.

Quem conversa com o secretário da Saúde está sabendo. Um bilhão e meio é o que foi cortado do orçamento da Secretaria, neste ano. Aumenta a demanda, a judicialização passa de um bilhão de reais. Sabem o que é judicialização? Prefeito está,

na sexta-feira, terminando o expediente, e recebe um ofício do juiz, através do oficial de Justiça: favor liberar, em 24 horas, tal medicamento para fulano de tal. Eu já vi isso.

Eu estava em São José do Rio Pardo, com o prefeito João Santurbano, e aconteceu isso. Ele ligou para a secretária dele. E esse remédio, você conhece? Conheço. É caro? Não, custa 120 mil reais o comprimido. O prefeito falou: não tenho 120 mil reais no cofre. Para a cidade. É essa a realidade que estamos vivendo.

Quero pedir compreensão ao deputado Capez. Quero pedir compreensão ao deputado Telhada, ao deputado Camilo, a todos os colegas. Quero pedir, sobretudo, a compreensão dos senhores. É difícil a minha missão. Eu nunca falhei com o funcionalismo de Itapira. Nunca falhei com o funcionalismo da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, quando fui secretário. E nunca falhei com o funcionalismo, quando fui ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária do País.

Dói ter que dizer que não há condições. As causas são justas, são inquestionáveis, mas são inoportunas. Não há a menor condição, a não ser que queiramos o que está acontecendo nos outros estados ou, pior do que isso, colocar fogo no nosso País, transformar o Brasil na Venezuela. Ninguém quer isso.

Eu me proponho, deputado Capez, e V. Exa. sabe que quando falo isso não é para enganar, a sentarmos a uma mesa e bolar, como V. Exa. disse, algo que reescalone, que essa diferença diminua, que é absurda, mas ela existe há 30 anos. Agora não é oportuno, e muito menos possível fazer isso.

Quero concluir, nestes termos. Vamos votar o que é possível. Vamos melhorar o que é possível. O projeto para a Polícia Militar, como um todo, é bom, como o Coronel Camilo já expôs aqui, e vamos continuar na luta. Se Deus quiser, vamos melhorar. Não quero ser, como jamais fui, catastrofista. Eu quero ser crente no Brasil, que tem a maior potencialidade do planeta. Se não, eu já teria me tornado um descrente total. Nós vamos sair desse buraco imenso com ajuda de todos, com compreensão de todos, com paz e com fé. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Peço, por favor, silêncio. O nosso Regimento Interno impede... (Manifestação nas galerias.)

Todos são policiais militares. Nós temos um Regimento Interno que temos que zelar e cumprir. O nosso Regimento Interno impede a participação da galeria. Todos são bem-vindos à Assembleia Legislativa, mas a participação é impedida.

O SR. FERNANDO CAPEZ - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Eu sempre procuro buscar conciliação e eficácia naquilo que eu me proponho a fazer. Queria só fazer o registro de que o governo iniciou este mês com sete bilhões de reais em caixa. Entrarão mais três bilhões até o final do ano em razão dos planos de parcelamento que nós aprovamos, fora a criação da holding da Sabsesp.

A pertinência temática aqui tratada existe, porque é um projeto da Polícia Militar, e a emenda trata da Polícia Militar. Há uma perfeita pertinência temática. Eu queria verificar se seria possível suspendermos a sessão para construirmos um acordo para adaptarmos uma "vacatio legis". Nós esperamos, porque é muito difícil que esse projeto venha a ser encaminhado futuramente. Vamos estudar uma "vacatio legis" de dois ou três anos.

Eu entendo a posição do líder do Governo. Ele não pode tomar outra posição, a não ser a posição que espelhe a do Governo, senão ele deixa de ser líder do Governo. Então eu compreendo a posição do deputado Barros Munhoz. Agora, eu tenho uma posição e eu gostaria que, para que ela vingasse, nós estudássemos a "vacatio legis", que é o período entre a publicação e a entrada em vigor. Com isso, o governo teria tempo para se adaptar. O que existe é uma grande distorção entre carreiras no funcionalismo público e muitas injustiças. Isso tem que ser registrado também.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para encaminhar a votação pela liderança do PT, tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sras. e Srs. Policiais Militares que aqui estão, servidores, quero parabenizá-los pela presença, pela mobilização não só hoje, mas nas semanas anteriores, buscando apoio para essa emenda que tenta, de certa maneira, reparar uma injustiça, essa diferença tão bruta, tão grande que há entre algumas carreiras, no caso, da Polícia Militar.

É uma pena que o governo está sinalizando que não vai apoiar, que não vai votar. Já disse claramente aqui o deputado Barros. Quem eventualmente está escutando o deputado Barros hoje pode até se convencer com o discurso, porque ele fala bem, como líder do Governo. Ele falou da crise nacional, da crise do estado de São Paulo, mas o governador, toda hora, diz que está tudo bem, que não falta dinheiro. Não estou entendendo. Tem uma contradição. O governador disse que está tudo bem.

Senhoras e senhores que estão há 20 e poucos anos, 30 anos na Polícia Militar, essa diferença é de agora? No momento em que a conjuntura política e econômica estava boa o governo fez diferente? Não. Só isso já demonstra que uma coisa não tem nada a ver com outra. Só isso já demonstra. Isso é uma posição política, é uma decisão. É, literalmente, uma decisão política. Isso vale para toda e qualquer categoria.

Deputado Barros, V. Exas. do PSDB são conhecidos por não gostar de servidor público, não importa a categoria. Tem tudo a ver a emenda com o projeto. O projeto trata de questões de inatividade, reestrutura um pouco algumas questões que envolvem a PM, e o texto dessa emenda trata disso, não está dizendo especificamente sobre percentual de aumento. Está dizendo para não haver uma diferença tão grande, limitando a 12,5% entre a categoria após 2º tenente, entre aquele policial que passou boa parte da sua carreira, do seu tempo de policial na rua, seja policial militar, os diferentes batalhões, que seja o bombeiro, e que chegou a um posto mais avançado, mas que vê uma diferença muito forte.

E aqui não é para dividir categoria entre a parte dos oficiais, dos praças, dos tenentes; não é esse o objetivo, tanto que os coronéis também apoiam, acham essa uma medida justa. Mas é também valorizar aquele policial que passou uma história trabalhando, que tem experiência, que tem acúmulo. E mesmo chegando a um posto de graduação maior, vê essa injustiça entre outro profissional que faz uma função semelhante. Seria importante que não houvesse essa diferença enorme.

Sou filho de policial militar, e sei o que é o trabalho na rua do policial, no dia a dia, a dificuldade. Meu pai se aposentou, era cabo e depois virou sargento, porque quando se aposenta muda de grau, mas também sofreu no dia a dia, na rua. Então, acho justo, legítimo o pleito de vocês, mas não podemos cair nesse engodo da resposta do Governo. Da mesma maneira que não quis sinalizar para os servidores do Centro Paula Souza, da mesma maneira que não sinaliza para outras categorias, como professores, como não sinaliza para os servidores da Saúde, não sinaliza para os senhores e para as senhoras. E não é hoje; é também ontem e será amanhã. Agora, mudar essa realidade no estado de São Paulo está na hora e também depende dos senhores e das senhoras. Depende de nós. Vamos fazer nossa parte.

Já falei para os servidores da Fazenda também que o governador Alckmin deixa tudo precário e tenta passar a impressão da normalidade: o serviço está ruim, mas é bom. Ele tenta passar essa impressão, e se é bom continua, por isso que continua há mais de 20 anos aí, mas o povo sofre no dia a dia,

seja o servidor que trabalha em condições inadequadas, seja o servidor que não tem equipamento bom, seja o servidor que não é valorizado no seu salário. A Segurança Pública é função de Estado, tem que ser bem valorizada, da mesma maneira que já dissemos aqui para os agentes fiscais do Estado, que também é uma função de Estado e tem que ser fortalecida. É importante que assim seja. O Estado tem que ser forte, suas funções e seus servidores bem remunerados. Então, é lamentável.

Assinamos a emenda junto com outras lideranças, e assinei representando a bancada do PT. Quando a associação nos encontrou no corredor nas Comissões e nos indagaram, de pronto manifestamos nossa opinião, porque nessa hora o que está em jogo é o direito do servidor, e aí não temos dúvida alguma de que lado estamos. Aqui, novamente, em nome da bancada do PT reafirmamos nossa posição. Da mesma maneira a emenda que o deputado Camilo, há um tempo atrás, pediu nosso apoio e manifestei não só aqui, como também no Colégio de Líderes, dizendo que era justa. Era justa porque procura diminuir o tempo de contribuição para a aposentadoria da policial feminina. Achamos isso justo, e a nossa coerência não é só nessa questão, da mesma maneira que condenamos a proposta do governo federal, reforma previdenciária que esfolia diversas categorias, diversos trabalhadores.

Será que os senhores aguentariam 50 anos no batente da PM? No caso aqui 49, que é o tempo que eles querem? Mas será que o metalúrgico aguenta, deputado Barba? Será que o pedreiro aguenta? Será que o produtor rural aguenta? Será que o professor aguenta ficar o tempo inteiro ali na lousa, naquela tensão, com os estudantes, em pé? Não, o índice de profissionais na área da Educação que tem licença médica é enorme. Será que um motorista aguenta? E assim tantas outras categorias. Querem esfolar e sem garantir o direito à aposentadoria, porque ninguém vai conseguir começar a trabalhar aos 16 e ficar 49 anos sem um dia de desemprego. Basta vemos no bairro, nas famílias se não há um desempregado. Só aí já está condenada a aposentaria dessa pessoa com 65 anos, porque falam que tem que ter 49 anos para poder se aposentar por tempo de trabalho. Então você tem que começar com 16, até os 65, um dia de desemprego já compromete para ter a aposentadoria integral. Essa proposta do governo federal, que deu o golpe, deu o golpe para esfolar o trabalhador, é ele que está sofrendo.

Diz, lá na proposta inicial, que o tempo da mulher e do homem seria igual. Nós, desde o primeiro momento manifestamos a nossa contrariedade. Não podemos aprovar uma reforma dessa, que condena a mulher a esse tempo longo de trabalho, de contribuição, e nesse caso, idêntico ao do trabalhador homem. Porque a carga é diferente, o peso é outro, tem um conjunto de fatores que justificam essa diferenciação.

Por isso que nós iremos apoiar e votar favoravelmente a essa proposta que reduz para 25 anos para a policial feminina, mantendo a nossa coerência, daquilo que nós defendemos aqui e daquilo que nós defendemos lá. Não importa o governo, a questão é aquilo em que acreditamos.

O deputado Barros Munhoz se lembrou da avó dele, que dizia que não podemos gastar mais que aquilo que ganhamos. É verdade, senão a sua dívida vai ficar grande, vai ficar imensa.

Mas quando a avó ia ajustar as coisas, ela tinha que escolher o que ia cortar, ela não ia cortar o arroz e o feijão, o leite, o pão. Pode até cortar a pizza, o passeio, mas aquilo que sustenta, tem que manter, o leite, o ovo. Poderia o Estado, se quisesse... O deputado Barros Munhoz diz que não está na situação do Rio de Janeiro, mas diz que tem que segurar. Mas mesmo que tivesse que segurar, podia escolher onde segura.

Onde cortar? Por que cortar sempre em cima do trabalhador? O governo federal diz que tem que fazer alguns ajustes, algumas contas. Mas que conta é essa, que só estoura para um lado? Ou os caras não sabem contar, ou são maldosos. Estou achando que eles são maldosos.

Eles disseram que não queriam pagar o pato, mas quem está pagando o pato? Eu tenho certeza que os servidores da Fazenda que aqui estão, que os servidores da PM que aqui estão - os policiais - estão sentindo um aperto dentro de casa. Estão fazendo a conta do que cortar, mas estão alimentando a família, mesmo se estropiando no bico. Seria melhor que ganhasse bem para não fazer bico. Estão se estropiando no bico, mas estão fazendo um aperto.

Mas o governo federal só corta em cima do trabalhador. Aprovou a "PEC do Fim do Mundo" que congela o gasto social, o investimento, durante 20 anos. Essa situação que os servidores estão vivendo vai perdurar durante 20 anos porque o governo cortou tudo na área social, não pode ter aumento além daquele da inflação. Isso vai condenar a Educação pública, a Saúde pública, a Assistência Social e diversos serviços públicos.

Depois, aprova a terceirização, que vai estourar em cima do mais fraco, do mais pobre. Apoia a reforma do Ensino Médio, que tira matérias importantes do sistema educacional, como História. O cara que está na escola privada tem tudo, o do Ensino Médio vai ter que continuar tendo menos. Aprova a CLT, que tira direitos, férias estão em risco. São tantas outras questões em cima do mais fraco.

Querem, agora, aprovar a reforma da Previdência. Em cima de quem? Do mais fraco, porque o rico já paga a privada dele lá no banco e está feliz, mas o cara que vai precisar do INSS lá na frente, vai ter problema.

Por que uma posição política? Porque o governador Geraldo Alckmin e o Sr. João Doria dizem que apoiavam o Temer porque tinha que aprovar as reformas, porque tinha que estourar no lombo do trabalhador. Então é posição, é lado. Não é a situação econômica ou o momento como tentaram falar aqui.

Não tem nada a ver uma coisa com a outra, porque se fosse assim, na bonança seria diferente. Na bonança os senhores teriam, todo ano, um bom reajuste. Quanto tempo ficou a PM sem reajuste? Quanto tempo ficaram diversas categorias sem reajuste? Vários anos. Então, não tem nada a ver se tem crise econômica ou não tem, porque quanto teve momento de crescimento, de desenvolvimento e o Estado estava mais forte, o tratamento foi igual, senão pior.

Mais uma vez, parabéns para vocês e contem conosco. (Palmas.)

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Teonilio Barba, V. Exa. não é vice-líder da Minoria, portanto isso não é possível.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Associação da Polícia Militar, que me procurou em meu gabinete, boa tarde.

Eu gostaria de me ater um pouco à fala do deputado Barros Munhoz. Se ele, com toda essa argumentação, tiver vontade de resolver isso, é fácil resolver. Não precisa discutir nesta Casa: abre-se um processo de negociação com a Associação da Polícia Militar, que representa os sargentos, os tenentes, os cabos e os praças.

Estou dizendo isso porque trabalhei em uma empresa em que havia uma diferença salarial brutal. A diferença salarial não se resolve de uma hora para outra, se resolve através de um processo de negociação. O problema é que o governador Geraldo Alckmin nunca abre processo de negociação com vocês.

Se houvesse esse debate da negociação, nem os fiscais da Fazenda, nem os policiais estariam discutindo uma proposta de emenda nesta Casa. Vocês estariam discutindo na mesa de negociação. Na mesa de negociação vocês podem montar inclusive cláusulas de ressalva quando se monta um acordo coletivo.

Vamos imaginar que tivesse sido negociada com a PM uma redução da diferença entre os praças, os cabos, os tenentes e os sargentos. Isso seria feito ao longo do tempo. Se, no momento, houvesse uma crise no estado e ele perdesse 30% da arrecadação naquele ano, não se aplicaria o reajuste. Negociação é para isso.

O problema é que o Governo do PSDB não tem a prática da negociação, nem com o funcionalismo público do estado de São Paulo. Esse debate de emenda não será aprovado, vão fazer o que o líder do Governo pedir, porque o impacto orçamentário para reduzir a diferença é grande se for aplicado de uma vez. Essa é a argumentação.

Se estivessem fazendo isso ao longo de 10 anos, deputado Coronel Telhada, deputado Coronel Camilo, conseguiriam reduzir a diferença salarial sem estancar quem está em cima e subindo os valores de baixo para cima. É isso que se faz em uma negociação. Portanto, deputado Barros Munhoz, V. Exa., como líder do Governo, proponha que se abra uma negociação, porque nós sabemos que a emenda será rejeitada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu também gostaria de falar da tribuna, mas, como isso já foi feito pelo deputado Fernando Capez, só me resta fazer uma comunicação. Queria dizer a V. Exa. da emenda aglutinativa apresentada pelo deputado Fernando Capez, que tem assinatura minha e do deputado Coronel Camilo também, em favor da diminuição da diferença entre primeiro e segundo tenente. Compreendo a situação do deputado Barros Munhoz, mas gostaria que nós pudéssemos discutir a respeito de um "vacatio legis".

Também gostaria de lembrar outro projeto muito importante, o PLC nº 04. É de suma importância que esse projeto seja aprovado, Sr. Presidente, porque vários policiais militares estão em véspera de se aposentar. Este ano, estima-se o número de 4.500 policiais que aguardam a aprovação desse projeto. Sabemos que não podemos ficar protelando, porque vamos prejudicar outros 4.500 policiais.

Temos também o pedágio dos oficiais, que, ao completarem 30 anos de serviço, são promovidos e têm que permanecer mais um ano no serviço. Já na época do comando do deputado Coronel Camilo, isso ficou acertado com o governador. Eram dois anos, depois um ano, e ficou acertado que não haveria mais o pedágio.

Agora, fomos surpreendidos com esse destaque em que justamente será votado esse pedágio, prejudicando mais uma vez os oficiais que completarem os 30 anos de serviço. Portanto, gostaria de pedir a V. Exa. ou ao líder do Governo que pudéssemos discutir isso com mais calma, com mais tempo, para que não prejudicássemos ninguém.

O Governo tem dado muitas migalhas para a Polícia, mas agora nem as migalhas estão vindo. Isso é muito ruim. Fica muito difícil para nós que estamos apoiando, batendo, trabalhando junto ao Governo, mas, na hora de o Governo contribuir com alguma proposta adequada para a Polícia Militar, vemos nossos anseios escaparem por entre os dedos e ficamos em uma situação muito complicada.

Portanto, apelo ao líder do Governo, deputado Barros Munhoz, por quem eu tenho respeito e a maior consideração, para que nós possamos discutir a emenda aglutinativa do deputado Fernando Capez, até com "vacatio legis", e para que não fizéssemos o destaque do número onde se fala do posto imediato dos oficiais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação Projeto de lei nº 4, de 2017, salvo emendas e partes destacadas. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. Item 2 - Destacadamente, o inciso II, Art. 7. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A bancada do Partido dos Trabalhadores vota favorável a essa emenda que garante os 25 anos de contribuição da policial feminina.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra o voto favorável da bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, quero também manifestar o meu voto favorável a essa emenda que foi rejeitada no momento.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra o voto favorável do deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, quero também manifestar o meu voto favorável a essa emenda que foi rejeitada.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra o voto favorável do deputado Coronel Camilo.

O SR. FERNANDO CAPEZ - PSDB - Para registrar meu voto favorável à emenda, até porque eu sou autor da PEC 03, que tem o mesmo objeto.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra o voto favorável do deputado Fernando Capez.

O SR. GIL LANCASTER - DEM - Para votar favorável pela justiça; isso é justo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto de Vossa Excelência.

O SR. CELSO NASCIMENTO - PSC - Para registrar meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra o voto de Vossa Excelência.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Sr. Presidente, quero registrar meu voto favorável a essa emenda.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto de Vossa Excelência.

O SR. LÉO OLIVEIRA - PMDB - Para declarar meu voto favorável a essa emenda.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto de Vossa Excelência.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Para registrar o voto favorável às emendas.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra o voto favorável do deputado Teonilio Barba.

O SR. LUIZ FERNANDO T. FERREIRA - PT - Para registrar o voto favorável às emendas.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra o voto favorável do deputado Luiz Fernando.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Para registrar o meu voto favorável à emenda.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra o voto favorável da deputada Analice Fernandes.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Para registrar o meu voto favorável às emendas.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra o voto favorável do deputado Wellington Moura.

Item 3 - Emendas 3, 4 e 5. Em votação. Os Srs. Deputados, Sras. Deputadas que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovadas.

Item 4 - Demais emendas, englobadamente. Em votação. Os Srs. Deputados, Sras. Deputadas que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitadas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Para votar favoravelmente, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, às emendas 1, 2, 7 e 8, que são da bancada do Partido dos Trabalhadores, e à emenda aglutinativa que trata dessa redução da diferença entre os graus na Polícia Militar.